

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR

LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA DE LA PSICOLOGÍA SOBRE INCLUSIÓN ESCOLAR

THE SCIENTTIFIC PRODUCTION OF PSYCHOLOGY ON SCHOOL INCLUSION

Gleyson Batista Rios

Mestrando em psicologia. Professor na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: gleysonrios@gmail.com

Maria do Rosário Silva Resende

Doutora em psicologia social. Professora na Universidade Federal de Goiás. E-mail: mrsresende@uol.com.br

RESUMO

Analisa-se neste artigo a produção acadêmica da área da Psicologia sobre inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. O estudo levantou, no catálogo da CAPES, teses de doutorado produzidas sobre o tema, que analisaram dados empíricos e tiveram a Psicologia como área de avaliação. As análises foram fundamentadas em Bardin (1977) e centraram-se no nível teórico (Silva, 2013), com a concepção de inclusão escolar como o principal índice. Como resultados constata-se que as pesquisas têm os documentos da ONU como referência, que somente parte delas analisa as concepções de inclusão escolar; é incipiente a discussão do papel social da escola na sociedade de classe e se apresentam algumas contribuições relevantes para questões que se levantam sobre o processo de aprendizagem. Considera-se importante que os estudos de Psicologia sobre inclusão escolar desenvolvam um olhar ampliado sobre os processos de inclusão e exclusão da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Psicologia. Deficiência intelectual. Inclusão escolar. Pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT

The academic production in the psychology field on school inclusion of students with intellectual disabilities is analyzed in this article. The study raised, in the CAPES catalog, doctoral theses produced on the topic and which analyzed empirical data, with psychology as an area of evaluation. The analyzes were based on Bardin (1977) and focused on the theoretical level (Silva, 2013), with the concept of school inclusion as the main index. As a result, it is identified that the research have the UN documents as a reference, however, only part of them discuss the concepts of school inclusion; the discussion of the social role of the school in the class society is insipient and it presents some relevant contributions to the issues that raise about the learning process. It is considered important that the studies of psychology on school inclusion develop an expanded look at the processes of inclusion and exclusion of capitalist society.

Keywords: Psychology. Intellectual disability. School inclusion. Bibliographic research.

RESUMEN

Este artículo analiza la producción académica en el área de la Psicología sobre inclusión escolar de estudiantes con discapacidad intelectual. El estudio buscó, en el catálogo CAPES, tesis doctorales producidas sobre el tema, que analizaron datos empíricos y que tuvieron la Psicología como área de evaluación. Los análisis se basaron en Bardin (1977) y se centraron en el nivel teórico (Silva, 2013), con el concepto de inclusión escolar como tema principal. Como resultados, se pudo constatar que las investigaciones tienen los documentos de la ONU como referencia, que solo una parte de ellas analiza las concepciones de inclusión escolar; la discusión sobre el papel social de la escuela en la sociedad de clases es incipiente y se presentan algunas contribuciones relevantes para cuestiones concernientes al proceso de aprendizaje. Se considera importante que los

estudios de Psicología sobre inclusión escolar desarrollen una mirada amplia sobre los procesos de inclusión y exclusión de la sociedad capitalista.

Palabras-clave: Psicología. Discapacidad intelectual. Inclusión escolar. Investigación bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de analisar a produção acadêmica em Psicologia sobre inclusão educacional para alunos com deficiência intelectual — a partir das teses de doutorado produzidas sobre o tema e que trabalharam com dados empíricos em suas análises —, esse texto se apresenta de forma importante para compreender o que a área tem identificado como problema para que se concretize a inclusão na educação de alunos com deficiência intelectual, além das respostas que são construídas para esse problema.

A pesquisa bibliográfica para compreender o discurso científico atual sobre a inclusão escolar — e sobre como se reforça a percepção de que é possível incluir as pessoas com deficiência nessa sociedade iniciando pela escola — nos levou pelo caminho de autores que analisaram publicações científicas sobre psicologia, educação, educação especial e inclusão.

Ao avaliar o perfil e metas de qualificação dos programas de pós-graduação em Psicologia frente ao cenário de internacionalização, Lo Bianco *et al.* (2010) afirmam que já na avaliação trienal da CAPES, referente a 2004-2006, notava-se um aumento significativo da produção bibliográfica docente. Fato que acompanha o crescimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que alcança 470%, de 1976 a 2007, na área de Psicologia.

Gamboa (1997) já apontava o crescimento quantitativo da elaboração de teses e dissertações, como produto de pesquisas obrigatórias da pós-graduação *stricto sensu*, com o que, segundo o autor,

surge, conseqüentemente, a preocupação com a qualidade e aparecem algumas questões relacionadas com a avaliação dessa produção, suas características, suas tendências, a validade científica de seus resultados, a aplicabilidade de suas conclusões etc. (p. 8).

O autor, que analisou dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo, encontrou um predomínio da abordagem empírico-analítica. O interessante, quando comparamos as suas com as conclusões de Silva (2006),

é que Gamboa (1987) afirma que a abordagem fenomenológico-hermenêutica se apresenta como alternativa à empírico-analítica e aparece especialmente nas áreas da Psicologia e Filosofia da Educação.

Lo Bianco *et al.* (2010) afirmam que “a somatória de inúmeros saberes e práticas que não comportam uma definição unívoca” (p. 3), caracteriza a área da Psicologia que, nas avaliações da CAPES, são ressaltadas como uma multiplicidade de subáreas. “Cada uma das subáreas terá a interface com outras disciplinas que acabam por formar um espectro extremamente abrangente e complexo” (p. 3). Fato que lhe outorga sentido a um estudo que, como este, visa analisar as pesquisas, tanto na área da Psicologia como na Educação, sobre inclusão escolar de alunos com deficiência.

Hutz *et al.* (2010) discutem e avaliam as publicações acadêmicas dos programas de pós-graduação em Psicologia. Consideram que elas se limitam a registrar indagações e indicam trajetórias para o aperfeiçoamento do trabalho intelectual da área; afirmam que os estudos de programas de pós-graduação de outros campos tangenciam o da Psicologia. Mas, quando se restringirem aos estudos vinculados aos programas abrigados na área da Psicologia da CAPES, afirmam que há vários triênios a avaliação tem considerado teses e dissertações, junto com artigos, livros e capítulos, além de apresentações em eventos, como a produção mais relevante.

Ao afirmarem que a Psicologia tem como marca “a diversidade temática, teórica, metodológica e política” (HUTZ *et al.*, 2010, p. 27), os autores ratificam a multiplicidade de subáreas asseveradas por Lo Bianco *et al.* (2010). Hutz *et al.* (2010) acreditam que há fragilidade na avaliação feita pela CAPES, das teses e dissertações, como produtos oficiais da atividade formativa dos programas de pós-graduação, por se considerarem somente fatores externos, como composição de banca, concentração de trabalhos em alguns orientadores etc. Destacam que o volume de teses e dissertações, em alguns programas, é superior ao de publicações, o que para Hutz *et al.* (2010) “evidencia que parte expressiva da produção não é submetida a publicação ou não é aprovada para tal finalidade” (p. 29). O fato justifica a construção de formas de análise dessa produção que, apesar de estar em grande parte disponível, é considerada como não publicada.

Hutz *et al.* (2010) questionam os sentidos da existência da pós-graduação. O que, segundo os autores, permitiria refletir sobre quais produtos efetivamente interessa priorizar em uma avaliação. Apesar de afirmarem que “não há alternativas conhecidas que

possam ser aplicadas de forma a alterar completamente a lógica de privilegiar volume de produção em articulação com indicadores indiretos de qualidade” (p. 32), apresentam como um dado a ser considerado na avaliação, por apresentarem a atualidade dos textos citados, as referências utilizadas nas teses e dissertações. Se no limite não avaliam os estudos na sua relação com o fenômeno, permitem dar um passo para compreensão de elementos intrínsecos à pesquisa científica.

Nesse contexto, em que a produção científica é avaliada, as várias formas como a realidade da inclusão educacional tem se apresentado no dia a dia, passou a ser objeto de sistematização científica. No campo educacional, Melo (2017), ao analisar os resumos das dissertações e teses produzidas entre 1983 e 2016 sobre educação especial e educação inclusiva em Programas de Pós-Graduação em Educação da região Centro-Oeste do Brasil, afirma que a produção ainda não se encontra consolidada na região, mas está em expansão. A autora destaca que 50% das pesquisas se vincula a 18 orientadores e os outros 50% a outros 83 orientadores, demonstrando a existência de um grupo com certa tradição em desenvolver estudos na área.

Silva (2006) analisou dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, explicitando as relações entre determinantes sociopolíticos e econômicos com as implicações epistemológicas e metodológicas. Segundo o autor, há um predomínio da abordagem empírico-analítica em decorrência do modelo de Pós-Graduação implantado no Brasil. Especificamente sobre as teses analisadas, afirma que o predomínio da abordagem empírico-analítica se deve às características da matriz epistêmica do departamento de Psicologia e sua influência na construção do Programa de Pós-Graduação estudado.

Posteriormente, Silva (2013) analisou teses em Educação Especial desenvolvidas nos cursos de doutorado em Educação e Educação Física do estado de São Paulo, no período de 1985 a 2009. Afirma que se deve ter cautela e preocupação com o predomínio de estudos pautados no realismo empírico, que visam à adequação empírica e à utilidade instrumental da teoria. Entretanto, o autor identifica o realismo científico e crítico que emerge nas teses a partir de 1980, que se empenham na apreensão da educação como parte da organização social, contribuindo para análise crítica das políticas de equidade.

Na construção do objeto desse artigo, fizeram-se análises de teses de doutorado, levantadas a partir do descritor ‘deficiência intelectual’, no Catálogo de Teses da CAPES.

Focalizou-se a Psicologia como área de avaliação, com o propósito de discutir a inclusão escolar.

A inclusão escolar se entende como uma proposta no campo educacional do movimento de inclusão social, na tentativa de equiparação de oportunidades para todos, com foco prioritário em grupos vulneráveis. É uma forma de resistência aos processos de exclusão social e visa “à conquista do exercício do direito ao acesso a recursos e serviços da sociedade” (MENDES, 2010, p. 22). Contrasta com um passado em que não se pautava a possibilidade de organizar a sociedade para que a pessoa com deficiência pudesse frequentar os mesmos lugares que as pessoas sem deficiência.

Precede ao modo de produção capitalista um lugar determinado, socialmente de menos valia da pessoa com deficiência. Na consideração de cada momento histórico e de características de culturas específicas, é possível identificar ações de extermínio, de abandono para a morte, tortura e outros rituais que demonstram que ao longo do processo histórico a vida da pessoa com deficiência foi considerada menos importante que a de outros grupos sociais (PESSOTI, 1984; LOBO, 2015).

Entretanto, no contexto neoliberal, temos uma ênfase nas pautas de inclusão e equidade. A compreensão das concepções que entrecruzam o debate da inclusão se apresenta como uma complexa tarefa. Principalmente os quadros de deficiência, pois se trata de um grupo de pessoas que parece não fazer parte da história, “das quais restaram apenas alguns vestígios, poucas frases, atas apressadas e documentos burocráticos, prontuários médicos, pequenos relatos, fotos e imagens desbotadas de sua má sorte” (LOBO, 2015, p. 13).

A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil passa por momentos importantes de retrocessos, a partir do processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo no país desde 2016.

A Lei Brasileira de Inclusão, sancionada em julho de 2015, ainda com artigos sem regulamentação, sofreu um grande impacto orçamentário no governo de Michel Temer, com a alteração do regime fiscal¹. Também no comando de Temer, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi extinta. A lista de mudanças na

¹ Emenda Constitucional Nº 95 de 2016, que altera o regime fiscal e estabelece limites para as despesas primárias dos três poderes por 20 anos.

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>> Acesso dia 04 de dezembro de 2019.

política de inclusão da pessoa com deficiência se intensifica com o processo de reestruturação produtiva, desenvolvido a partir de 2016. Entretanto, os reais limites da política de inclusão são explicitados de fato, quando se amplia a perspectiva, analisando a história para além dos limites estabelecidos pelo marco do golpe de Estado, em 2016, que leva à presidência Michel Temer.

Em 26 de novembro de 2019, o poder executivo, presidido por Jair Bolsonaro, apresentou o Projeto de Lei 6159², que altera leis que regulam um conjunto de processos políticos de equidade referente à pessoa com deficiência, como auxílio inclusão, reserva de vagas de emprego, habilitação e reabilitação para o trabalho, entre outros. Antes disso, já no governo Bolsonaro, em 21 de novembro de 2018, encerrou-se uma consulta pública que visava alterar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008, apresentando um texto base denominado Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida. Na consulta pública ganha fôlego o debate da inclusão na escola comum, em dicotomia com a escola especial.

Esse é o contexto dessa pesquisa, ao tratar de processos de desenvolvimento de determinantes da educação da pessoa com deficiência intelectual, compreendendo a inclusão escolar como ideologia. A educação inclusiva, enquanto um movimento real, em que sujeitos, no dia a dia do trabalho escolar, vivenciam processos que envolvem fracasso/sucesso escolar, nos últimos anos conta com pressupostos de democratização da escola e do ensino, que incluem a participação de pessoas com deficiência na escola comum.

Percurso metodológico

Para tentar compreender como parte da produção científica tem tratado a inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual, pesquisou-se, no catálogo de teses e dissertações da CAPES, teses de doutorado a partir dos descritores ‘deficiência intelectual’ e ‘deficiência mental’, tendo a Psicologia como área de avaliação, no mês de março de 2019. O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES apresenta dados publicados desde 1987. Em

² Rejeitado pelo Congresso não pelo mérito, mas por não ter sido apresentado após diálogo com a Câmara dos Deputados, conforme pronunciamento do presidente da Câmara Rodrigo Maia, em reunião com representantes de movimentos de defesa da pessoa com deficiência.

2006, a Portaria nº 013 da CAPES instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado brasileiros. Dessa forma, passou-se a disponibilizar, além dos metadados do catálogo, os arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet.

Para os títulos selecionados em que o arquivo digital não estava disponível na Plataforma Sucupira, estabeleceu-se como critério uma busca simples no site de busca Google, a partir dos títulos e autores. Caso o texto do título fosse encontrado, esse seria analisado.

Para deficiência mental, obtiveram-se no catálogo 786 títulos de teses de doutorado. Para deficiência intelectual, 265.

A seleção do material seguiu os seguintes passos:

1. Leitura dos títulos levantados a partir dos descritores;
 - a. Inclusão dos títulos referentes a inclusão educacional e deficiência intelectual para próxima etapa da análise.
2. Levantamento dos títulos que disponibilizaram o texto completo na Plataforma Sucupira ou textos encontrados em buscas simples no site Google, a partir dos metadados dos títulos levantados;
 - a. Inclusão dos textos levantados para análise dos resumos;
 - b. Exclusão das pesquisas teóricas e/ou análise de produção bibliográfica.
 - i. A escolha das teses, que analisaram dados empíricos, teve o objetivo de compreender como cada autor utiliza a fundamentação teórica para interpretar esses dados.
3. Seleção dos textos completos para análise.

A leitura dos títulos permitiu a identificação de vários textos que não tratavam de deficiência intelectual/mental, mesmo tendo utilizado os termos como descritores na busca. Esses títulos foram excluídos, da mesma forma que os que discutiam aspectos da deficiência em questão, sem relacioná-los com a educação escolar, como questões diagnósticas, cuidado em saúde, dinâmica familiar etc. Também foram excluídos os títulos que continham referência a outras deficiências, sem indicar a intelectual/mental.

A leitura dos 265 títulos levantados a partir do descritor 'deficiência intelectual' gerou 42 teses, que atenderam ao critério temático 'educação escolar e deficiência

intelectual'. A leitura dos 786 títulos levantados a partir do descritor 'deficiência mental' gerou 41 teses. Todos esses títulos estavam listados na busca realizada a partir do descritor 'deficiência intelectual', de maneira que esta segunda busca não adicionou outro texto para a análise.

Dos 42 títulos levantados, 33 trabalhos (segundo grupo) foram escritos antes da existência do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e 9 (primeiro grupo) apresentavam a informação de que o texto estaria disponível na Plataforma Sucupira.

Dos 9 títulos que apresentavam essa informação, , um deles, além de não possibilitar o acesso pela plataforma, não foi encontrado a partir do site de busca Google. Resultaram, assim, 8 textos do primeiro grupo para a análise dos resumos.

Dos 33 títulos que foram escritos antes da existência do Catálogo, e não disponibilizados na plataforma, 18, do segundo grupo, foram encontrados pela busca simples no Google e foram incluídos.

Assim, somando os 8 textos do primeiro grupo disponibilizados pela Plataforma Sucupira com os 18 textos do segundo grupo — encontrados pela busca simples no Google, a partir dos títulos levantados na Plataforma—, temos 26 teses selecionadas. Uma vez realizada a revisão dos resumos, 11 teses foram descartadas pelo critério temático. Entretanto, de todas as teses descartadas pelo resumo, realizou-se leitura da introdução/metodologia para confirmar a ausência da temática inclusão educacional de pessoas com deficiência intelectual.

Ao final dessa etapa , selecionaram-se 15 teses. Como a perspectiva era levantar concepções relacionadas com a inclusão escolar — para tratar de forma direta os dados da realidade — foram excluídas da análise final quatro teses, por se tratar de pesquisas teóricas e/ou de produção científica/documento.

A preparação do estudo dos 11 textos seguiu, como orientação, a análise de conteúdo, conforme Bardin (1977). A perspectiva de refletir sobre o nível teórico (SILVA, 2013) foi a de explicitar concepções presentes na discussão sobre inclusão educacional da pessoa com deficiência intelectual.

Durante a leitura flutuante (BARDIN, 1977), foi possível observar a ausência de um debate que contemplasse os determinantes socioeconômicos que atravessam a escola capitalista e que impedem de forma concreta o alcance das metas da educação inclusiva.

Guiada por uma perspectiva qualitativa, a análise partiu da concepção de inclusão escolar como o principal índice.

Resultados e discussões

Das onze teses analisadas, três (FREITAS, 2012; AFONSO, 2015, ROSIN-PINOLA, 2009) apresentam objetivos principais alcançáveis com pesquisa-intervenção. Freitas (2012), com foco em qualificar alunos com deficiência intelectual para nivelar habilidades para ensino de leitura e escrita e Afonso (2015) com foco na formação continuada de agentes educacionais. Percebe-se uma priorização da entrevista como instrumento de coleta de dados. Nove das onze teses analisadas a utilizam de forma exclusiva ou em conjunto com outros instrumentos de coleta de dados.

Das que utilizam a entrevista de forma exclusiva, Amaral (2004) trata a subjetividade a partir de entrevistas com adultos com deficiência intelectual. Campos (2007) discute as relações de preconceito, cidadania e educação inclusiva a partir de entrevistas com pais de alunos com deficiência.

Mejía (2017) realiza análise de documento, utiliza questionário e entrevistas para discutir a presença da família na escola, comparando projetos na Colômbia e no Brasil. Kitahara (2018) utilizou entrevista e grupo focal para compreender as representações sociais de professores sobre alunos com deficiência e educação inclusiva. Mieto (2010), utilizando entrevista, grupo focal e observação, analisa a prática de professores a partir de indicadores do que a autora chama de saber pedagógico virtuoso. Ferreira (2017), ao realizar observação com registro em diário de campo e gravações em vídeos, além de entrevistas, analisou a influência da interação de pares em contexto de educação infantil no processo de desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. Silva (2003) utilizou questionário e entrevista para investigar o brincar de crianças com deficiência intelectual na educação infantil. Rosin-Pinola (2009), aplicando um programa de promoção de habilidades sociais educativas, afirma que a parceria entre professores do ensino regular e da educação especial pode favorecer mudanças necessárias nas condições de ensino. Faciola (2012), através de entrevista e observação, analisou fatores de risco e proteção presentes no ambiente escolar inclusivo. Casado (2012) apresenta o único estudo longitudinal, contando com diferentes tipos de entrevistas, observação participante,

situações estruturadas, para compreender a interação e relações de amizade em uma escola inclusiva.

As teses consideradas demonstram que, de forma expressiva, a produção tem os documentos da Organização das Nações Unidas do início da década de 1990, como referência para a análise do movimento da inclusão escolar (KITAHARA, 2018; CAMPOS, 2007; MEJÍA, 2017; MIETO, 2010; FACIOLA, 2012). Apresentam limites para a identificação dos processos reais que impedem o avanço desse movimento, pois não relacionam tais documentos ao processo de reestruturação produtiva do capital. Para Kitahara (2018), Rosin-Pinola, (2009) e Mejía (2017), a inclusão educacional seria parte de um processo maior de luta pela inclusão social.

Somente parte da produção acadêmica estudada debate as diferentes concepções de inclusão (ROSIN-PINOLA, 2009; MEJÍA, 2017). Ou seja, reflexões sobre as diferentes formas de promoção da inclusão escolar, além das estratégias para se chegar à concepção almejada, não se apresentam nesses trabalhos, que discutem deficiência intelectual e educação escolar. Parte, ou subsume o debate da concepção de inclusão que afirma que a escola regular tem a capacidade de se alterar de tal forma que é possível extinguir a escola especial (KITAHARA, 2018); ou não reconhece o debate (CASADO, 2012; CAMPOS, 2007; MIETO, 2010; FERREIRA, 2017; FACIOLA, 2012). Aparece também a defesa da educação especial como estratégia atual, deixando a expectativa de que a escola possa atender as necessidades de todos (SILVA, 2003), ou — como em Freitas (2012) e Afonso (2015) —, trabalhos em que o debate da inclusão escolar não aparece de forma explícita. Em Amaral (2004), o estudo remete a reflexões sobre educação escolar e deficiência intelectual em um momento histórico anterior ao debate da inclusão escolar da década de 1990.

Identificamos trabalhos que assumem a posição de que a educação escolar é uma instituição com limites na resolução dos problemas sociais e, apontam que certos problemas que se manifestam na escola, nem são produzidos por ela, nem podem ser resolvidos por ela de forma exclusiva (ROSIN-PINOLA, 2009 e MEJÍA, 2017). Somente Amaral (2004) discute a educação para pessoa com deficiência intelectual em estreita articulação com a educação escolar em geral, com uma defesa explícita da escola como instituição em que o fazer educativo leva em conta o saber sistematizado.

É possível identificar alguns elementos não conflitantes entre os autores sobre o processo de aprendizagem que, de acordo com eles, deve estar atento ao preconceito

(KITAHARA, 2018; CAMPOS, 2007) e às tecnologias digitais (KITAHARA, 2018). Apresentam resultados com ecletismo metodológico (SILVA, 2003), ampliando os saberes a serem contemplados na escola. Incentivam a tomada de conhecimento pela sociedade sobre a deficiência (CAMPOS, 2007) e o respeito da escola pelo ritmo de desenvolvimento da criança com deficiência, utilizando estratégias para que o seu desenvolvimento seja orientado pelo que se pretende com os alunos sem deficiência (MIETO, 2010). Essas estratégias devem variar de acordo com o contexto onde serão implementadas (AFONSO, 2015), dependendo muito das ações dos professores que são responsáveis pela promoção de interações significativas (FERREIRA, 2017). Indicam a necessidade de novos profissionais, além do comumente presente no espaço escolar (AFONSO, 2015), não podendo se desconsiderar familiares e amigos —as mulheres são mais citadas—, considerados pelos alunos com deficiência como a rede de apoio social (FACIOLA, 2012).

Identificamos autores comumente citados como referência pelas teses analisadas para se posicionar no debate sobre a inclusão escolar no Brasil. As teses desses autores foram retomadas, nas análises desta pesquisa, como matriz do debate e apontam importantes elementos para as reflexões sobre a inclusão escolar como ideologia. São eles: Enicéia Gonçalves Mendes (citada por FERREIRA, 2017; MEJÍA, 2017; SILVA, 2003), Maria Teresa Égler Mantoan (citada por KITAHARA, 2018; CASADO, 2012; CAMPOS, 2007; MEJÍA, 2017; FERREIRA, 2017; FACIOLA, 2012), Maria Salete Fábio Aranha (citada por KITAHARA, 2018; CASADO, 2012, MIETO, 2010), Romeu Kazumi Sasaki (citado por KITAHARA, 2018; CASADO, 2012; MEJÍA, 2017; MIETO, 2010), Peter Mittler (citado por ROSIN-PINOLA, 2009; CAMPOS, 2007; MEJÍA, 2017; FACIOLA, 2012), Marcos José da Silveira Mazzota (citado por ROSIN-PINOLA, 2009; CAMPOS, 2007; FERREIRA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O viés criado no processo de restrição para a escolha das teses apontou como caminho somente a construção de uma análise descritiva. Não fez sentido uma tentativa de generalização de qualquer estudo quantitativo ou qualquer tratamento estatístico.

Se por um lado, é fundamental — para traçar de forma estratégica a construção de um sistema educacional de fato inclusivo — compreender como a ciência, neste caso a Psicologia, reflete e debate sobre a melhor forma de ofertar a educação para pessoas com

deficiência intelectual, por outro lado, a compreensão das reflexões científicas só é possível ao se considerar os processos ideológicos dos quais fazem parte. Para entender os processos ideológicos, é importante desmistificá-los com dados da realidade ou com dados do funcionamento da sociedade e seus impactos nos processos democráticos, principalmente nas possibilidades de um sistema educacional inclusivo.

A Psicologia, como área que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da educação especial, tem muito a aportar, também, ao atual momento da inclusão. O debate — que trata de maneira dicotômica, para o processo de inclusão, a escola regular e a escola especial, processos de sociabilidade e de apropriação do saber sistematizado, além de outras questões que se apresentam, como mérito, fracasso/sucesso escolar, condições objetivas e organização do trabalho pedagógico necessário à inclusão, o papel da escola na sociedade de classes etc. — precisa ser revisitado a partir de uma perspectiva dialética e histórica.

As pesquisas analisadas expressam reflexões circunscritas ao cotidiano escolar, dando ênfase principalmente a métodos e processos adaptativos pontuais para a inclusão escolar. Considera-se importante que a produção da Psicologia sobre inclusão escolar desenvolva um olhar ampliado sobre os processos de inclusão e exclusão da sociedade capitalista, evitando amarras ideológicas nas análises sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AFONSO, P. B. **Capacitação de pais e professores para ações integradas de ensino de leitura e escrita para aprendizes com autismo e deficiência intelectual**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – UFSCar, São Carlos, 2015.

AMARAL, T. P. **Deficiência mental leve: processos de escolarização e de subjetivação**. 2004. 219f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – USP, São Paulo, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPOS, C. A. **Esperanças equilibradas: a inclusão de pais de filhos com deficiência**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

CASADO, C. C. C. **Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva**. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – UFPA, Belém, 2012.

FACIOLA, R. A. **A escola inclusiva enquanto contexto de desenvolvimento:** um estudo dos fatores de risco e proteção. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento Humano) – UFPA, Belém, 2012.

FERREIRA, J. M. **Crianças com déficit intelectual e processos internacionais com pares na pré-escola:** reflexões sobre desenvolvimento. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) – USP, Ribeirão Preto, 2017.

FREITAS, M. C. de. **Construção de um programa de ensino de pré-requisitos de leitura e escrita para pessoas com deficiência intelectual.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – UFSCar, São Carlos, 2012.

GAMBOA, S. Á. S. **Epistemologia da pesquisa em educação:** estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1987.

HUTZ, C. S. et al. Perfil, avaliação e metas de produção intelectual dos programas de pós-graduação em Psicologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, 25-34, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v23s1/v23s1a04.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

KITAHARA, A. M. V. **Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre alunos com deficiência e a educação inclusiva.** 2018. 228f. Tese (Doutorado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

LO BIANCO, Anna Carolina et al. A internacionalização dos programas de pós-graduação em psicologia: perfil e metas de qualificação. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 23, supl. 1, p. 1-10, 2010.

LOBO, L. F. **Os infames da história:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MEJÍA, C. F. **Relação família-escola na perspectiva da legislação educacional inclusiva, dos familiares e gestores escolares.** 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MELO, K. K. G de. **A produção do conhecimento em educação especial e educação inclusiva no Centro-Oeste brasileiro.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MIETO, G. S. M. **Virtuosidade em professores de inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual.** 2010. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – UNB, Brasília, 2010.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

ROSIN-PINOLA, A. R. **Programa de habilidades sociais educativas: impacto sobre o repertório de professores e de alunos com necessidades educacionais especiais.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, Ribeirão Preto, 2009.

SILVA, C. C. B. da. **O lugar do brinquedo e do jogo nas escolas especiais de educação infantil.** 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) – USP, São Paulo, 2003.

SILVA, R. H. dos R. **Tendências teórico-filosóficas das teses em educação especial nos cursos de doutorado em educação e educação física do Estado de São Paulo (1985-2009).** 2013. Tese (doutorado) – Unicamp, Campinas, 2013.

SILVA, R. H. R. **Análise epistemológica das dissertações e teses defendidas no programa de pós-graduação em educação especial da UFSCar: 1981-2002.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

Recebido em: 20/02/2020

Parecer em: 30/03/2020

Aprovado em: 35/05/2020